

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais da MAPFRE Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A MAPFRE Previdência S.A. atua no segmento de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional, e participa no DPVAT através do convênio da Seguradora Líder.

A Seguradora apresentou R\$ 85,3 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 8,0% sobre o ano anterior, sendo 46,5% de crescimento na carteira de vida por sobrevivência e retração de 32,3% do seguro DPVAT. A Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 3,3 milhões, impactado, principalmente, pela redução do resultado financeiro no exercício, devido às menores taxas de juros praticadas. As provisões técnicas de seguros e previdência complementar totalizaram, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 3,4 bilhões (R\$ 3,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016). Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Previdência S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora,

investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações feitas pela Circular SUSEP nº 521/2015, a Seguradora declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento". Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas. São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante		3.344.563	3.314.107
Disponível		1.974	5.817
Caixa e bancos		1.974	5.817
Aplicações	5	3.281.780	3.259.600
Créditos das operações com seguros e resseguros		135	-
Operações com resseguradoras		135	-
Créditos das operações com previdência complementar		2.158	885
Valores a receber		413	366
Operações com repasses - Resseguradoras		1.745	519
Outros créditos operacionais		4.514	2.422
Títulos e créditos a receber	6	6.294	8.910
Títulos e créditos a receber		1.244	5.297
Créditos tributários e previdenciários		3.085	2.040
Depósitos judiciais e fiscais		1.307	806
Outros créditos		658	767
Outros valores e bens		54	42
Outros valores		54	42
Despesas antecipadas		14	17
Custos de aquisição diferidos	14	47.640	36.414
Seguros		33.951	23.055
Previdência		13.689	13.359
Ativo não circulante		279.316	274.579
Realizável a longo prazo		277.668	272.772
Aplicações	5	256.802	255.514
Títulos e créditos a receber	7	18.782	16.778
Títulos e créditos a receber		18.782	16.778
Créditos tributários e previdenciários		2.284	480
Investimento	9	204	214
Participações societárias		204	214
Imobilizado		1.150	781
Bens móveis		1.081	713
Outras imobilizações		69	68
Intangível		294	812
Outros intangíveis		294	812
Total do ativo		3.623.879	3.588.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Passivo	Notas	2017	2016
Circulante		1.534.880	1.511.159
Contas a pagar		12.087	11.432
Obrigações a pagar		5.327	4.957
Impostos e encargos sociais a recolher		205	1.492
Encargos trabalhistas		214	221
Impostos e contribuições		-	97
Outras contas a pagar		2.774	1.031
Débitos de operações com seguros e resseguros	12	3.053	2.520
Operações com resseguradoras		250	199
Corretores de seguros e resseguros		29	1.290
Outros débitos operacionais		2.774	1.031
Débitos de operações com previdência complementar	13	14.984	13.878
Contribuições a restituir		434	377
Operações de repasses		1.825	13.501
Outros débitos operacionais		12.695	-
Depósitos de terceiros	17	1.966	-
Provisões técnicas - seguros	14	1.437.350	1.418.403
Danos - DPVAT		74.865	69.362
Vida com cobertura por sobrevivência		1.362.485	1.349.041
Provisões técnicas - previdência complementar	14	65.422	64.909
Planos não bloqueados		32.777	32.167
PGBL		32.645	32.742
Outros débitos		18	17
Provisões judiciais	24	1.995.259	1.980.472
Contas a receber		401	667
Contas a pagar		401	667
Tributos Diferidos		18	401
Provisões técnicas - seguros	14	90.054	86.839
Vida com cobertura por sobrevivência		90.054	86.839
Provisões técnicas - previdência complementar	14	1.904.804	1.892.966
Planos não bloqueados		159.020	171.716
PGBL		1.745.784	1.721.250
Patrimônio líquido	19	93.740	97.055
Capital social		81.273	81.273
Reservas de Lucros		12.467	15.782
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.623.879	3.588.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

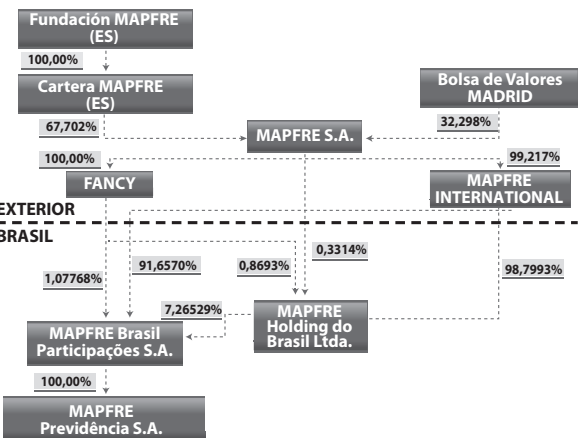
	Reserva de lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	81.273	13.583	694	-	95.550
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.007	2.007
Proposta para distribuição do Lucro Líquido: Reserva Legal	-	-	100	(100)	-
Reserva Estatutária	-	1.405	-	(1.405)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(502)	(502)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	81.273	14.988	794	-	97.055
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.315)	(3.315)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	(3.315)	-	3.315	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	81.273	11.673	794	-	93.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado e tem como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Seguradora integra o GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas no Brasil e no Exterior, com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2018. **b) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros desmontados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Classificação no Circulante e no Não Circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. A segregação entre curto e longo prazo da PMBAC é feita através da diferença entre o final de vigência do contrato e a data-base do cálculo. Os contratos que possuem essa diferença menor ou igual a 12 meses, são classificados em curto prazo, já os que possuem diferença maior que 12 meses são classificados em longo prazo (a base de dados analítica utilizada possui todos os participantes que estão na fase de diferimento, para os produtos: PGBL, VGBL, FGB e BD). Os Fundos Especialmente Constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descaimentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e, para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação à estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3.b e 9. Aplicações financeiras; Notas 3.h/k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação à estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3.b e 9. Aplicações financeiras; Notas 3.h/k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação à estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3.b e 9. Aplicações financeiras; Notas 3.h/k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **g) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação à estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3.b e 9. Aplicações financeiras; Notas 3.h/k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **h) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação à estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3.b e 9. Aplicações financeiras; Notas 3.h/k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **i) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação à estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3.b e 9. Aplicações financeiras; Notas 3.h/k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **j) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco de desistência, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **k) Teste de adequação dos passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e Circular SUSEP nº 321/15 e 521/15, a cada data de execução, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de balance do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovães relacionadas aos sinistros, opçõe intrínsecas, excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco autorizadas pela SUSEP (ETT). Os seguros relativos aos ramos DPVAT, não foram objetos de análise neste teste em consonância com a Circular SUSEP nº 321/2015. O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Empresarial PGBL/VGBL	Não há	0% a.a.	0% a 3%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	2% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	3% a.a.	0%

j) Mensuração dos contratos de seguros: Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco de desistência, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **k) Teste de adequação dos passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e Circular SUSEP nº 321/15 e 521/15, a cada data de execução, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de balance do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovães relacionadas aos sinistros, opçõe intrínsecas, excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco autorizadas pela SUSEP (ETT). Os seguros relativos aos ramos DPVAT, não foram objetos de análise neste teste em consonância com a Circular SUSEP nº 321/2015. O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGPM e TR - ETTJ SUSEP
Tábua de mortalidade	BR-SEM
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGPM e TR

O resultado do teste de adequação apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro, mas não há necessidade de registrar o pois o valor será garantido pela "mais valia" dos ativos financeiros mantidos até o vencimento. **l) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões e o agenciamento sobre contratos de previdência e seguro DPVAT, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo período médio de 60 meses com base em estudo técnico de permanência da carteira. **m) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **p) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida em um plano de contribuição definida em um plano de previdência de contribuição definida com contribuição fixa. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairments), reconhecidas nos ativos financeiros. Compreendem os instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e o imposto ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O somado diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os valores contábeis de valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é

reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **s) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e operações na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (Compliance), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Seguradora investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. **Comitê de auditoria:** órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de estratégia financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil:** objetivando que a estrutura de governança seja mais efetiva e dinâmica, onde o acompanhamento dos assuntos de gestão de risco, atuarial e controle interno e compliance, passam a ser analisados e avaliados por este comitê. **Comitê de Riscos e Compliance:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a MAPFRE está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

14. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Composição	2017					Total Geral
	DPVAT	VGBL	VIDA Individual	PGBL	Tradicional	
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	-	1.342.570	89.913	1.745.989	122.605	3.301.077
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	-	16.703	-	29.777	61.234	107.714
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	63.443	-	798	-	297	64.538
Provisão de sinistro a liquidar - PSL	11.004	-	-	-	-	11.004
Provisão de excedentes financeiros - PEF	-	36	-	33	5.544	5.613
Provisão de despesas relacionadas - PDR	418	1.474	-	1.975	1.030	4.897
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	-	179	868	714	116	1.877
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	-	-	-	-	222	222
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	-	-	-	-	688	688
Total Geral	74.865	1.360.962	91.579	1.778.488	191.736	3.497.630

Composição	2016					Total Geral
	DPVAT	VGBL	VIDA Individual	PGBL	Tradicional	
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	-	1.364.693	54.200	1.730.276	132.424	3.281.593
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	-	-	-	-	57	57
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	-	12.927	-	20.386	62.676	95.989
Provisão de despesas relacionadas - PDR	532	1.154	-	1.565	827	4.078
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	49.346	-	509	-	246	50.101
Provisão de excedentes financeiros - PEF	-	31	-	44	7.074	7.149
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	-	-	-	-	185	185
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	-	1.619	748	1.792	322	4.481
Provisão de sinistro a liquidar - PSL	19.484	-	-	-	-	19.484
Total Geral	69.362	1.380.424	55.457	1.754.063	203.811	3.463.117

b) Movimentação: As tabelas abaixo apresentam saldos líquidos de provisões técnicas de DPVAT que somam R\$ 74.865 (R\$ 69.362 em 2016):

Provisões técnicas de previdência	2016		Contribuição	Constituição	Atualização Monetária	Portabilidade Aceita	Pagamento de rendas	Pagamento de Resgates	Transferência Excedente Financeiro	Pagamento de benefício	Transferência benefício concedido	Reversão	Portabilidade Cedida	2017
	PGBL	VGBL												
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.730.276	133.539	-	-	142.168	90.629	-	(97.542)	-	-	(8.714)	-	(244.367)	1.745.989
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	20.386	-	-	8.714	588	-	-	-	89	-	-	-	-	29.777
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.565	-	-	410	-	-	-	-	-	-	(89)	(18)	-	1.975
Provisão de excedentes financeiros - PEF	44	-	-	96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	1.792	-	-	856.868	128	-	(12.229)	-	-	-	-	(845.845)	-	714
Total	1.730.276	133.539	-	874.796	155.237	90.629	(15.060)	(115.694)	642	(159)	(17.716)	(847.164)	(249.678)	1.970.224
Custos de aquisição diferidos	13.359	-	-	330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.690

Provisões técnicas de Vida Individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL	2016		Contribuição	Constituição	Atualização Monetária	Portabilidade Aceita	Pagamento de rendas	Pagamento de Resgates	Transferência Excedente Financeiro	Pagamento de benefício	Transferência benefício concedido	Reversão	Portabilidade Cedida	2017
	Vida Individual	VGBL												
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	54.200	32.956	-	-	3.798	-	-	(1.041)	-	-	-	-	-	89.913
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	509	-	-	290	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	798
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	747	-	-	4.725	-	-	-	(721)	-	-	(3.883)	-	-	868
Total	54.200	32.956	-	4.725	-	-	-	(721)	-	-	(3.883)	-	-	868

Provisões técnicas de Vida Individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL	2016		Contribuição	Constituição	Atualização Monetária	Portabilidade Aceita	Pagamento de rendas	Pagamento de Resgates	Transferência Excedente Financeiro	Pagamento de benefício	Transferência benefício concedido	Reversão	Portabilidade Cedida	2017
	Vida Individual	VGBL												
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.364.693	186.247	-	-	108.299	126.548	-	(156.711)	-	(5.098)	-	(281.408)	-	1.342.570
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	12.927	-	-	5.098	802	-	(806)	-	26	-	(1.344)	-	-	16.703
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.154	-	-	320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.474
Provisão de excedentes financeiros - PEF	31	-	-	8	63	-	-	-	-	(26)	(40)	-	-	36
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	1.619	-	-	2.945	4	-	(4.095)	(293)	-	-	(1)	-	-	179
Total	1.435.880	219.203	-	13.386	112.966	126.548	(4.901)	(158.766)	26	(5.124)	(5.269)	(281.408)	-	1.452.541
Custos de aquisição diferidos	23.055	-	-	10.896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.950

Provisões técnicas de previdência	2015		Contribuição	Constituição	Atualização Monetária	Portabilidade Aceita	Pagamento de rendas	Pagamento de Resgates	Transferência Excedente Financeiro	Pagamento de benefício	Transferência benefício concedido	Reversão	2016
	PGBL	VGBL											
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.543.575	131.891	-	-	210.542	147.044	-	(299.214)	-	-	(3.562)	-	1.730.276
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	16.824	-	-	3.562	-	-	-	-	-	-	-	-	20.386
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.281	-	-	284	-	-	-	-	-	-	-	-	1.565
Provisão de excedentes financeiros - PEF	3	-	-	-	176	-	-	-	-	-	-	-	44
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	8.966	-	-	892.416	45	-	-	-	-	-	-	-	(899.635)
Total	1.543.575	131.891	-	892.416	45	-	-	-	-	-	-	-	1.730.276

Provisões técnicas de Vida Individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL	2015		Contribuição	Constituição	Atualização Monetária	Portabilidade Aceita	Pagamento de rendas	Pagamento de Resgates	Transferência Excedente Financeiro	Pagamento de benefício	Transferência benefício concedido	Reversão	2016
	Vida Individual	VGBL											
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	121.048	3.926	-	-	12.945	-	-	(4.543)	2.569	-	(3.521)	-	132.424
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	61.904	-	-	3.521	7.712	-	(16.352)	-	7.766	(1.875)	-	-	62.676
Provisão de despesas relacionadas - PDR	694	-	-	133	-	-	-	-	-	-	-	-	827
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	232	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	246
Provisão de excedentes financeiros - PEF	10.266	-	-	-	4.574	-	-	-	-	-	(7.766)	-	7.074
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	164	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	185
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	194	-	-	167	5	-	-	-	-	-	-	-	(44)
Provisão de benefícios a regularizar - (PBR)	37	-	-	4	31	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Total	1.765.188	135.817	-	900.122	236.030	147.044	(16.352)	(303.757)	10.335	(1.875)	(14.849)	-	1.957.874
Custos de aquisição diferidos	9.540	-	-	3.819	-	-	-	-	-	-	-	-	13.359

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas	2017	2016	Comissões	2017	2016	Partes relacionadas	2017			
	Total a ser coberto	Ativos garantidores		Ativos	Passivos		Despesas	Receitas		
Ativos garantidores	3.497.630	3.463.117	Varição das despesas de comercialização	(11.640)	(13.207)	MAPFRE Brasil Participações S.A. (*)	-	4	(201)	46
Quotas de fundos de investimentos	374.857	350.766	Varição de outras despesas de comercialização	(1.166)	(833)	MAPFRE Capitalização S.A. (*)	-	110	(1.168)	200
Quotas de fundos especialmente constituídos (PBGVL/VGBL)	3.088.560	3.094.970	Custo de aquisição de seguros	(12.476)	(10.991)	MAPFRE Holding do Brasil Ltda. (*)	1	-	(5)	7
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	74.966	69.378	Comissões	(19.378)	(14.366)	MAPFRE Investimentos e Participações (*)	-	-	(3)	5
Total de aplicações oferecidas em cobertura:	3.538.383	3.515.114	Outras despesas de comercialização	(1.366)	(1.332)	MAPFRE Resseguradora S.A. (***)	1.880	2.774	(9.281)	2.612
Ativos livres	40.753	51.997	Varição das despesas de comercialização	(10.895)	9.421	PROTENEG Corretora de Seguros Ltda. (*)	3	-	(12)	54
				(9.849)	(6.277)	MAPFRE Saúde Ltda. (**)**	146	-	(1.176)	774
						MAPFRE Vida S.A. (**)	413	-	-	77
						Veracruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (*)	-	408	(4.186)	396
						Total	2.964	3.371	(16.889)	22.157

16. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR E PROVISÃO DE VALORES A REGULARIZAR JUDICIAIS

Convênio DPVAT:	2017			2016	2017	2016	e) Outras receitas e (despesas) operacionais	2017	2016	2017	2016
	Quantidade	Valor da Ação	(*) Valor Provisionado								
Perda Provável	3.418	40.236	8.060	3.418	40.236	8.060	Outras receitas e (despesas) operacionais-seguros	2.612	(2.21)	4.187	44
Total	3.418	40.236	8.060	3.418	40.236	8.060	Despesa com cobrança	(2.698)	(2.498)	4.187	44
							Outras receitas e (despesas) operacionais	(406)	1.172	12	21
							Outras receitas e (despesas) operacionais-previdência	(3.104)	(1.326)	109	10
							Outras receitas e (despesas) operacionais	3.010	4.893	2	11
							Resultado com resseguro	3.010	4.893	43	67
							Seguros	3.010	4.893	-	(3)
							(+) Receita com Participação em Lucros	2.612	(2.21)	-	-
							(-) Prêmio de resseguro cedido	(7.964)	(3.899)	4	-
							Previdência	(5.352)	(4.120)	341	-
							(+) Recuperação de sinistros de resseguro cedido	183	2.341	48	27
							(-) Prêmio de resseguro cedido	(1.500)	(2.134)	-	-
							g) Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	186.247	186.363	341	336
							VGBL	186.247	186.363	519	(7.595)
							PGBL	133.539	132.430	519	28.727
							Tradicional	2.565	3.926	341	336
							Total	322.351	322.719	4.832	519

17. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Valores a reclassificar	2017		2016	2017	2016
	Até 30 dias	Até 30 dias			
Total	1.966	-	-	-	-

18. TRIBUTOS DIFERIDOS

Imposto de Renda	
------------------	--

DIRETORIA

WILSON TONETO
Diretor-Presidente

ELÍSEO JOÃO VICIANA
Diretor

RENATO FERNANDES
Diretor

MIGUEL GÓMEZ BERMÚDEZ
Diretor

CONTADOR

MÁRCIO VINCENZI JAGER
CRC-1SP258226/O-1

ATUÁRIO

VERA LÚCIA FERNANDES LOPES
MIBA nº 817

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente

com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras do Ano Findo em 31 de Dezembro de 2017

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A., foi instituído nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Superintendência de Seguros Privados, e do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores

Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras das Companhias, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das Companhias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Comitê reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria das empresas MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o ano findo em 31 de dezembro de 2017, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

Nilton Maia Sampaio - Coordenador

Mário de Almeida Rossi - Membro Titular

Rogério Soares - Membro Titular

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Previdência S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Previdência S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Anexo I

MAPFRE Previdência S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro

Total de provisões técnicas

Total de provisões técnicas auditadas (*)

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)

Provisões Técnicas auditadas (a)

DPVAT (b)

Total a ser coberto (a+b)

(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é

responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios

3. Demonstrativo do Capital Mínimo

Capital Base (a)

Capital de Risco (CR) (b)

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)

4. Demonstrativo da Solvência

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)

Exigência de Capital (CMR) (b)

Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a-b)

Ativos Garantidores (d)

Total a ser Coberto (e)

Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores

(f = d - e)

Ativos Líquidos (g)

Capital de Risco (CR) (h)

Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº

321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)

0983, 0986, 0991, 1383, 1386, 1391

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

31/12/2017

3.497.630

3.422.765

3.422.765

31/12/2017

3.422.765

74.865

3.497.630

31/12/2017

15.000

87.809

87.809

31/12/2017

141.228

87.809

53.419

3.538.383

3.497.630

40.753

40.753

87.809

46%

31/12/2017

2.221